

pesa do orçamento vigente do Núcleo de Documentação Técnica:

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 4.º, n.º 1) «Despesas com o material — Aquisições de utilização permanente — Móveis»	61.000\$00
Artigo 9.º, n.º 1) «Pagamento de serviços e diversos encargos — Encargos das instalações — Renda de casa»	68.000\$00
	<hr/>
	129.000\$00

tomando como contrapartida as disponibilidades existentes nas seguintes verbas da mesma tabela de despesa:

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 2.º, n.º 1) «Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais, nos termos do § 2.º do artigo 31.º do Decreto n.º 41 787, de 7 de Agosto de 1958 — Gratificações»:	
a) «Ao administrador»	5.500\$00
b) «Ao redactor-chefe»	4.500\$00
Artigo 10.º «Pagamento de serviços e diversos encargos — Encargos administrativos»:	
2) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»	51.000\$00
3) «Publicação da revista»	68.000\$00
	<hr/>
	129.000\$00

Ministério do Ultramar, 13 de Maio de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino,

ração mereceu, por despacho de 5 de Maio do actual, a confirmação de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado do Tesouro.

10.º Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Maio de 1959.— O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 42 261

Considerando que nos serviços móveis do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos existem funcionários portadores de carta de condução de veículos ligeiros e pesados;

Considerando ainda que a condução dos veículos daqueles serviços pelos funcionários referidos dispensaria o recrutamento de motoristas privativos; e

Considerando ainda, por último, que qualquer gratificação a pagar a esses funcionários pela condução dos respectivos veículos representaria sempre uma considerável economia em relação ao dispêndio com os vencimentos e ajudas de custo dos motoristas privativos;

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários dos serviços móveis do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos portadores das respectivas cartas de condução poderão ser autorizados a conduzir os veículos daqueles serviços, mediante a gratificação diária a estabelecer por portaria do Ministro da Saúde e Assistência, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 2.º A autorização referida no artigo anterior será concedida sem prejuízo da situação dos actuais motoristas privativos dos serviços móveis, podendo estes, contudo, ser colocados noutras lugares que venham a vagar.

Art. 3.º A partir da publicação deste decreto-lei os referidos lugares sómente serão providos por simples motoristas quando não existam funcionários com carta de condução que desejem usufruir do regime estabelecido no artigo 1.º

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Maio de 1959. — *AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ* — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Conforme o preceituado no artigo 13.º do Decreto n.º 42 047, de 23 de Dezembro do ano findo, esta alte-